

Mais um número da REF: entre a esperança e os sobressaltos do processo eleitoral

Another REF issue: between hope and the frights of the electoral process
Otro número de la REF: entre la esperanza y los sobressaltos del proceso electoral

Luzinete Simões Minella¹  0000-0001-7953-7385
 Tânia Regina Oliveira Ramos¹  0000-0002-2477-0419
 Mara Coelho de Souza Lago¹  0000-0001-5111-8699
 Cristina Scheibe Wolff¹  0000-0002-7315-1112

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900



Este número da REF foi gestado no decorrer do processo eleitoral que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República. A campanha transcorreu num clima inédito de conflitos e tensões no país desde a redemocratização, num cenário de alta polarização entre dois campos políticos, configurando um dos períodos mais conturbados da nossa história recente: a ampla coligação que apoiou Lula, formada por vários partidos políticos de tendência progressista que constituíram a Frente Democrática, e os partidos conservadores, incluindo a extrema direita, que apoiaram a candidatura do então presidente, Jair Bolsonaro (Danilo MOLITERNO; Marcello SAPIO, 2022). No segundo turno, realizado no dia 30 de outubro de 2022, a chapa Lula/Alckmin foi eleita com 60.341.333 votos, ou seja, com 50,90% dos votos válidos.

Inconformados com essa vitória, na madrugada seguinte, bolsonaristas radicais iniciaram uma série de bloqueios nas rodovias federais e estaduais, impedindo a circulação de automóveis, ônibus, caminhões, inclusive com cargas vivas, por três semanas em média. Pneus em chamas, terra e detritos espalhados pelo asfalto, assim como os próprios manifestantes, funcionaram como barreiras que impediam o livre trânsito da população. Apenas no final de novembro, pressionada pelas críticas à sua atitude passiva, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), com auxílio das polícias estaduais, conseguiu garantir o retorno a uma gradativa normalização da situação, embora exceções tivessem persistido por mais tempo em alguns estados (UOL, 2022). O intenso uso das redes sociais e a divulgação de *fake news*, estratégias amplamente usadas pelos radicais, foram cruciais para a expansão desses atos violentos.

O clima anterior à posse continuou marcado, no mês de dezembro, pela alta voltagem das tensões fomentadas pelos opositores, por meio de várias ações impregnadas pela violência política, defendendo intervenção militar no país: por exemplo, a instalação de acampamentos em frente aos quartéis do Exército nas capitais e em diferentes cidades, os ataques ao centro de Brasília e adjacências, entre os quais o bloqueio de vias, o incêndio de ônibus e carros, a depredação de postes, além da tentativa de invasão da Delegacia e sede da Polícia Federal (G1 Distrito Federal, 2022). Tais ataques aconteceram após a diplomação do presidente e vice-presidente eleitos, ocorrida durante a tarde do dia 12 de dezembro no Tribunal Superior Eleitoral. Chamou atenção que ninguém tenha sido preso, apesar da violência e das claras indicações de que se tratava de uma ação orquestrada.

Não obstante tais ações que visavam intimidar e deslegitimar não apenas o adversário (tratado como inimigo), mas o próprio processo eleitoral, a equipe de transição do governo trabalhou incansavelmente a partir de 08 de novembro, quando o vice-presidente Geraldo Alckmin instalou o Gabinete de Transição. O Relatório Final foi entregue em 22 de dezembro de

2022 em cerimônia que contou com a presença do presidente (Rudolfo LAGO; Tiago RODRIGUES, 2022). Dois dias depois, foi encontrada uma bomba com alto potencial explosivo nos arredores do aeroporto de Brasília. A PM foi acionada e o artefato foi encaminhado para perícia. Até o momento, dois dos três responsáveis foram presos e o terceiro está foragido. Caso a explosão tivesse acontecido, poderia ter atingido perigosamente inúmeras pessoas que circulavam naquela área (Pedro PEDUZZI, 2022).

Por outro lado, tanto antes, como durante e após a posse presidencial, ocorrida em 01 de janeiro de 2023, temos assistido a uma celebração da democracia, nunca vista, pois capaz de não se intimidar com as ameaças dos adversários, aglutinando um amplo leque de partidos políticos, movimentos, organizações, associações, sindicatos etc., paralelamente ao expressivo e estratégico apoio de lideranças internacionais que têm legitimado, de várias outras formas, o resultado das eleições no Brasil, manifestando incontestemente apoio à vitória de Lula. A cerimônia de posse, cuja organização, liderada por sua companheira Rosângela Lula da Silva (Janja), foi marcada por uma significativa carga simbólica, não apenas por se tratar do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente pelo voto direto, algo inédito na história do país, mas por este ter se constituído, ao longo da sua trajetória, como uma das maiores lideranças populares dentro e fora do continente latino-americano.

Uma multidão entusiasmada se concentrou na Esplanada dos Ministérios, integrando-se ao espírito de festa da democracia, de reencontro com esperanças num país mais justo, menos desigual e menos violento. O ápice da simbologia dessa retomada do espírito democrático foi sensivelmente condensado na entrega da faixa presidencial. O governo anterior recusou a participação na entrega da faixa, mas sua atitude não gerou lamentações: o cerimonial da posse selecionou oito representantes do povo brasileiro, entre os quais, um menino negro que representou as crianças das periferias e o próprio cacique Raoni, representante dos povos indígenas, para subirem a rampa com o presidente, o vice-presidente e as primeiras-damas. A faixa presidencial circulou entre as pessoas desse grupo e foi colocada no presidente Lula por Aline Sousa, uma mulher negra, de 33 anos, catadora de materiais recicláveis, mãe de seis filhos, atualmente responsável pela Secretaria Nacional da Mulher e Juventude da Unicaatadores (Cristiane AGOSTINE; Fabio MURAKAWA; João VALADARES; Andréa JUBÉ; Maria Cristina FERNANDES, 2023). Várias vezes tomado pela emoção, o presidente compartilhou com o povo brasileiro suas apreensões e sonhos, “sem medo de ser feliz” e, ao mesmo tempo, sem medo de falar sobre suas dores. Talvez, por essa e outras atitudes, mais da metade dos brasileiros e brasileiras votou nele, apostando pela terceira vez na sua sensibilidade, capacidade de liderança e nos avanços sociais que promoveu nos governos anteriores.

A beleza dessa festa parece ter provocado ainda mais o rancor dos opositores. A violência política atingiu o auge no dia 08 de janeiro de 2023, quando bolsonaristas radicais desencadearam ataques aos prédios que simbolizam os três poderes da República: o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Afetaram seriamente os prédios, na pretensão de provocar uma crise institucional sem precedentes que levaria ao golpe, mas, na sua fúria, esqueceram que parte expressiva do povo brasileiro, incluindo o presidente, já aprendeu a fazer do limão uma limonada: na segunda-feira, o presidente da República retomou sua agenda em meio ao cenário de destruição da Praça dos Três Poderes, articulou-se rapidamente com os demais poderes da República, no sentido de desencadear ações imediatas para identificar e punir os culpados, seus patrocinadores e cúmplices. Na segunda quinzena de janeiro, os órgãos de segurança divulgaram que 1.500 pessoas que participaram dos atos golpistas tinham sido detidas para serem ouvidas pela Polícia Federal. Destas, 1.167 permaneciam “sob a custódia da gestão presidiária do DF. Foram liberados 599 detidos por questões humanitárias – idosos, pessoas com problemas de saúde, em situação de rua e mães acompanhadas de crianças” (CONGRESSO EM FOCO. UOL, 2023). Essa ação rápida e eficaz estimulou as pessoas que acreditam na democracia a darem continuidade aos seus afazeres e lutas diárias, reavivando suas esperanças, na convicção de que (enfim) havia um coração de volta ao Planalto.

No decorrer deste mês de janeiro, Flávio Dino, Ministro da Justiça e da Segurança Pública, e José Múcio Monteiro, Ministro da Defesa, juntamente com o STF, lideraram com rapidez e objetividade as respostas aos ataques, articulando-se com o Ministério Público e várias outras instâncias do poder judiciário, além de agentes da Polícia Federal e da Polícia Militar, entre outras instituições.

No dia 20 de janeiro, divulgava-se que o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, concluiu boa parte da análise da situação dos radicais aprisionados, mantendo 942 presos e 464 em liberdade provisória, sujeitos a várias medidas restritivas, entre as quais o uso de tornozeleira eletrônica, cancelamento de passaportes e proibição do uso das redes sociais (Fernanda VIVAS, 2023). Vale ressaltar que o Ministro tem se destacado nas investigações sobre estes e outros ataques à democracia, bem como na averiguação de acusações falaciosas sobre o processo eleitoral conduzido, sob sua presidência, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Paralelamente a essas ações, a presidência da República manteve uma agenda intensa de trabalho dentro e fora do Planalto, apresentando as propostas do governo, empossando ministros e ministras, reunindo-se com representantes de diferentes setores da sociedade para encaminhar decisões de interesse coletivo etc.

Muito mais poderíamos dizer sobre esse período durante o qual temos oscilado entre esperanças e sobressaltos. Mas, nos limites desse texto, ressaltamos apenas alguns aspectos: em primeiro lugar, a importância da presença de 11 mulheres na composição dos ministérios, um número bem acima ao dos mandatos anteriores aos governos petistas (Leandro MELITO; Gésio PASSOS, 2016).¹¹ A maior parte delas filiada a diferentes partidos políticos integrantes da Frente Democrática, com poucas exceções. Todas, com ampla experiência nas áreas que vão comandar, têm se mostrado conscientes da transversalidade das suas pautas. Não por acaso, nos seus discursos de posse, enfatizaram a necessidade de implementação de ações conjuntas. Suas trajetórias merecem, sem dúvida, estudos à parte que certamente foram e/ou serão feitos: Ana Moser (Esporte); Anielle Franco (Igualdade Racial); Aparecida Gonçalves (Mulheres); Daniela Carneiro (Turismo); Esther Dweck (Gestão); Luciana Santos (Ciência e Tecnologia); Marina Silva (Meio Ambiente), Margareth Menezes (Cultura); Nísia Trindade (Saúde); Simone Tebet (Planejamento) e Sonia Guajajara (Povos Indígenas). Entre outras atividades relevantes para as lutas feministas, a Ministra das Mulheres, Aparecida (Cida) Gonçalves, foi secretária de enfrentamento à violência contra a mulher durante os governos Lula e Dilma Rousseff (Caroline OLIVEIRA, 2022).

Em segundo lugar, observamos que a denominação dos ministérios expressa mudanças importantes em relação ao governo anterior: os Ministérios da Igualdade Racial e o das Mulheres retomam e atualizam as metas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SNPM), criadas em 2003, no início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, ambas extintas como entidades autônomas, com estatuto de ministérios em 2015, quando passaram a integrar o Ministério dos Direitos Humanos durante o final do governo Dilma Rousseff e durante o governo Temer (2016-2018). Posteriormente, no governo Bolsonaro, fizeram parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, liderado pela pastora evangélica Damares Alves, de 2019 a 2022. Tal como ocorreu com outros ministérios, por exemplo, Saúde, Educação e Meio Ambiente, neste período, assistimos ao desmonte sistemático das políticas públicas construídas no diálogo com os movimentos sociais durante os governos petistas. Perplexas, assistimos a uma estranha vocação de destruição das conquistas sociais, dos valores democráticos, das representações populares que atuaram nas redes de proteção aos mais vulneráveis, tal como costuma acontecer nos regimes autoritários da extrema direita.

Destacamos, em terceiro lugar, a criação do Ministério dos Povos Indígenas, cuja ministra, Sonia Guajajara, entre outras funções de relevância nacional e internacional, coordenou a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e fez parte do Conselho da Iniciativa Inter-religiosa pelas Florestas Tropicais do Brasil, iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (WIKIPÉDIA, 2023). Ressaltamos também a importância da indicação de Jozileia Kaingang, geóloga, doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, para a Chefia de Gabinete desse Ministério, bem como de Joenia Wapichana (Joenia Batista de Carvalho), primeira mulher indígena a exercer a advocacia no país, para a presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Filiada à Rede Sustentabilidade, foi também a primeira mulher indígena eleita deputada federal, pelo Estado de Roraima, durante as eleições de 2018 (Lucas MARCHESINI; João GABRIEL, 2022).

Também deve ser destacada a relevância da criação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, liderado por Silvio Almeida, professor universitário, advogado, jurista e filósofo. Essa área de crucial importância numa sociedade profundamente desigual como a nossa tinha sido reduzida, lamentavelmente, a uma secretaria do confuso e bizarro ministério de Damares Alves. No atual governo, esse Ministério promete desencadear várias ações conjuntas com os demais, reativando as redes de proteção sistematicamente destruídas pelo governo anterior.

Por último, chamamos a atenção para a importância do ingresso de mulheres nos altos escalões dos ministérios e das instituições financeiras públicas. Por exemplo, o Ministro da Educação, Camilo Santana, indicou dez mulheres para o exercício das suas principais funções. O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), empossou Rita Serrano na presidência da Caixa Econômica Federal e Tarciana Medeiros na presidência do Banco do Brasil, ambas funcionárias de carreira dessas instituições. A primeira atua na CEF desde 1989, participou ativamente dos movimentos sindicais e sociais, presidiu o Sindicato dos Bancários do ABC entre 2006 e

¹¹ Entre 2003 e 2011, o governo Lula nomeou 11 Ministras. Apenas duas foram nomeadas nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, e o mesmo número ocorreu no mandato de Itamar Franco, de 1992 a 1994. Fernando Collor nomeou apenas uma, a Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, que determinou o desastroso confisco da poupança de brasileiros e brasileiras. Nos dois mandatos do seu governo, Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016) designou 16 Ministras. Algumas lideraram o mesmo Ministério em períodos distintos. Ou seja, algumas atuaram apenas no primeiro, outras também em seu segundo mandato: Luiza Bairros, Ideli Salvatti, Izabella Teixeira, Maria do Rosário, Miriam Belchior, Marta Suplicy, Ana de Hollanda, Eleonora Menicucci, Eva Chiavon, Emília Curi, Gleisi Hoffman, Helena Chagas, Iriny Lopes, Kátia Abreu, Nilma Lino Gomes, Teresa Campello.

2012 e coordena o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas desde 2015 (Houldine NASCIMENTO, 2023). Numa instituição que tem dois séculos de existência, a segunda – nordestina, negra e defensora dos direitos LGBT – é a primeira mulher a ocupar esse posto (O GLOBO, 2022).

Concluimos esse número da REF na certeza de que o ano de 2022 não foi fácil, tanto no Brasil, quanto no exterior. Entre acontecimentos traumáticos, cabe assinalar também a invasão da Ucrânia pela Rússia, que desencadeou uma guerra considerada como o pior conflito ocorrido em território europeu depois da II Guerra Mundial. Extremismos políticos e ondas de violência se adensaram nos diferentes continentes, simultaneamente à ocorrência de eventos climáticos extremos, gerando o aumento considerável das ondas migratórias, aprofundando a xenofobia paralelamente às discriminações de gênero, classe e etnia. A pandemia da Covid não foi superada, apenas foi abrandada pela vacinação em massa ocorrida em inúmeros países. Novas epidemias têm surgido enquanto antigas ressurgem, inclusive por conta de uma inexplicável resistência às vacinas, cultivada por algumas lideranças políticas.

Em meio às mudanças promissoras no nosso país e às apreensões diante de um cenário político nacional e internacional marcado pela instabilidade, neste número da REF, continuamos a divulgar artigos que desenvolvem uma visão crítica feminista sobre as desigualdades de gênero na sua transversalidade com outras assimetrias, conforme pode ser visto a seguir.

Os Artigos iniciais deste número da REF atualizam discussões teóricas importantes para os estudos feministas e de gênero. A autora do texto “O risco da ira feminista: neoliberalismo e ressentimento” analisa a articulação da racionalidade neoliberal da sociedade de controle, que produziu um modo de subjetivação calcado na moral, ao tempo em que alargou a incerteza e a responsabilidade individualizada na sociedade opressora que captura afetos e conhecimentos. Contrapondo-se à colonização dos afetos que circulam nos feminismos e distinguindo ética de moral, a autora revisita o debate de Wendy Brown e Sara Ahmed, no sentido de esclarecer práticas políticas dos feminismos atuais.

O texto “*Investigación postcualitativa: aportes críticos desde el postestructuralismo feminista*” empreende uma trajetória pelas epistemologias feministas, focando em teorias feministas pós-estruturalistas, por suas contribuições à exposição do androcentrismo presente nas ciências sociais, em seu centramento tradicional nas noções de objetividade e neutralidade metodológicas. A autora e autor do artigo ressaltam a mobilidade das epistemologias focalizadas cujo objeto inicial, as mulheres, agrega novos sujeitos à análise das desigualdades, para a qual contribuem com novos aportes teóricos.

O artigo seguinte, “*Luce Irigaray, ¿pensadora queer?*” se debruça sobre a teoria de Judith Butler, aventando a possível inclusão de Irigaray no campo das epistemologias queer, pela crítica ao caráter falocêntrico da linguagem. Tal questionamento se refere ao fato de o construcionismo discursivo de Butler ter abalado a potência das concepções de Irigaray, junto ao que a autora do artigo caracteriza como o monismo linguístico butleriano, que subjaz à totalidade do campo queer. Fatores que fazem com que a autora responda negativamente à interrogação que intitula seu texto adotando, no entanto, a posição de aproximação de Irigaray a pensadoras/es que postulam, como ela, uma ontologia não essencialista a favor de uma alteridade radical da linguagem.

Em “Um Tributo ao Patriarcado”, autora e autores identificam um tipo específico de discriminação de gênero da legislação tributária brasileira, pela análise da interpretação de dados do imposto de renda que incide sobre as pensões alimentícias. Fazendo dialogar a teoria crítica da tributação com a nova sociologia fiscal, analisam ações de desoneração fiscal cujo efeito impõe o pagamento de mais impostos às mulheres que aos homens – o que resulta em propiciar a estes, em caso de divórcio, a redução do cuidado, inclusive monetário, com os filhos, enquanto, para as mulheres, o resultado é outro, na medida em que são fiscalmente estimuladas a se manterem na união matrimonial com os pais de sua prole.

O artigo “*Línguas selvagens não podem ser domadas: mulheres, linguagem e filosofia*” traz a crítica da tradição discursiva marcada pelos imperativos do significado e da significação que a autora caracteriza como masculina. Em sua análise filosófica sobre a linguagem, ela se detém nas consequências excludentes e silenciadoras da fala das mulheres pelo discurso patriarcal marcado por logocentrismo e falocentrismo, pensando em uma fuga deste legado por meio de uma linguagem feminina, impregnada de outras referências filosóficas e outros campos do saber, como psicanálise, artes, literatura.

O caráter ideológico que reveste a maternidade nas sociedades ocidentais pode sempre explicar as ambiguidades que o acompanha. Com este viés se lê o artigo “*La maternidad como experiencia corporal reflexiva: Carta a um niño que nunca nació*”. Com base no livro de Oriana Fallaci, a leitura aborda o tema maternidade como categoria de análise enquanto abertura para se pensar a maternidade para além da demanda ou decisão, seja como experiência corporal reflexiva, seja como reflexão sobre o questionável instinto maternal como parte da identidade irrenunciável da mulher.

O artigo “Guerras, invisibilização, protagonismo e resistência feminina no romance *Cunhataí*” parte da análise do livro *Cunhataí: um romance da Guerra do Paraguai* (2003), de Maria Filomena Bouissou Lepecki, aqui entendido como um produto cultural ético, estético e político. A abordagem busca uma (re)visitação/(re)escritura do episódio bélico a partir da ótica feminina cujo objetivo é debater criticamente o lugar excêntrico que a história oficial destinou às mulheres em particular, no espaço da Guerra do Paraguai/Guerra *Guasu* (1864-1870).

O estudo teórico-reflexivo intitulado “Construção das masculinidades rurais em *Grande sertão: veredas*” investiga a construção de versões de masculinidades rurais a partir da leitura do romance de Guimarães Rosa e dos conceitos de masculinidade hegemônica e performatividade. Sob estes eixos ordenadores que levam ao entendimento de que gênero não se subsume a uma substância, embora reproduza efeitos substanciais, são analisadas distintas versões da masculinidade hegemônica performadas pelos jagunços personificados na epopeia rosiana.

O texto “Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro” faz uma reflexão muito importante, oriunda do pensamento transfeminista, sobre a categoria analítica cisgeneridade. Tal como a ideia de branquitude com relação aos estudos sobre raça e racismo, esta categoria coloca em pauta o caráter construído do gênero para todas as pessoas, e não somente para as que reivindicam identificações de gênero que fogem à matriz normativa. Tema muito atual e relevante para esse debate central no contexto que vivemos.

Em “*Las protestas del orgullo LGBTQ+ en escenarios locales mexicanos*”, os autores mostram a disseminação das paradas do orgulho LGBTQIA+ no México nos últimos anos, através do estudo de paradas ocorridas em quatro municípios de pequeno porte. Os autores chamam a atenção para a articulação destes protestos, conformando nódulos em um circuito mexicano, e que entrelaçam as lutas com um sentido comemorativo, memorialístico e festivo.

Mais um artigo coloca em evidência as vivências LGBTQIA+: “*Spaces of violence in the case of LGBTQ+ immigration*”, ao problematizar as migrações de pessoas LGBTQIA+ e suas experiências. Utilizando entrevistas realizadas na cidade de São Paulo, o autor trabalha sobre a questão dos espaços de violência vividos por essas pessoas, que estão muito relacionados às instituições com as quais precisam se relacionar, mas também com a apropriação de espaços físicos e simbólicos na cidade.

O artigo “*Desde casa, desde berço, desde siempre*: violência e mulheres em situação de rua”, traz análise de pesquisa realizada com mulheres que vivem nesta condição de desabrigo, submetidas a violências explícitas e veladas que as autoras definem como modo de sobrevivência. Nas intersecções entre gênero, raça, pobreza, as pesquisadoras revelam a persistência de violências que deflagram a ida para as ruas, em vidas, no entanto, devastadas por violências estruturais desde sempre.

No artigo “*Mujeres P'urhépecha en Cherán, México; defensoras de la palabra, el territorio y la autonomía*”, as autoras analisam o protagonismo feminista de mulheres indígenas do estado de Michoacán, México. Em 2011, elas conseguiram recuperar as estruturas socioculturais comunitárias e as tradições de um território que tinha sido ocupado pelo crime organizado por um determinado período. As fases da trajetória desse difícil processo de recuperação são sintetizadas ao longo da narrativa.

O texto seguinte, intitulado “Mulheres pretas da Enfermagem: escrevivência atrevida em oralitura na COVID-19”, dá continuidade à discussão sobre o protagonismo das mulheres, dessa vez nos contextos urbanos, explorando a atuação de trabalhadoras da Enfermagem no cuidado e enfrentamento da COVID-19 no Brasil. As autoras e autor articulam os conceitos de *escrevivência*, *atrevivência* e *oralitura*, no intuito de resgatar a memória, conforme afirmam, como repertório oral e corporal *afrodiaspórico*, inscrevendo saberes, valores e modos de ser e estar no mundo.

A invisibilidade das mulheres escravizadas na produção do espaço urbano é problematizada no artigo “Anúncios de mulheres negras escravizadas e as dinâmicas urbanas femininas em Desterro”, a partir de consulta aos anúncios de sua compra, venda e aluguel divulgados pela imprensa de Desterro/Florianópolis. As informações obtidas contribuem para a atualização dos debates na área, na medida em que sugerem a participação significativa dessas mulheres na atribuição de sentidos aos espaços público e privado durante a escravatura.

O artigo “Barreiras à efetivação da igualdade salarial de gênero no Brasil” analisa as razões da persistência das desigualdades salariais entre homens e mulheres no país, apesar da sua proibição legal. Através da revisão da literatura, são sistematizadas proposições teóricas e pesquisas empíricas sobre o hiato salarial de gênero, identificando suas causas, na tentativa de compreender os limites das políticas de igualdade salarial no país e as razões que dificultam seja a eliminação, seja a atenuação das desigualdades.

Os assédios moral e sexual no ambiente de trabalho culinário são abordados no artigo “Trabalho, gênero e assédio em cozinhas profissionais”. A metodologia da pesquisa tomou como ponto de partida a contextualização dos processos de trabalho da área, em geral centrados na figura do/a chef, além de entrevistas com profissionais da culinária, de modo a refletir sobre o *ethos* desse tipo de produção e sobre as especificidades dos assédios analisados.

A produção legislativa das parlamentares é discutida no artigo “Mulheres Parlamentares e Representação Substantiva no Brasil”, verificando-se possíveis avanços quanto às políticas de interesse das mulheres. As autoras e autor se dedicaram à análise de 10.753 proposições legislativas apresentadas entre 2015 e 2017 na Câmara dos Deputados, avaliando não apenas a qualidade da produção legislativa das deputadas federais brasileiras, mas a correlação entre sua atuação e a agenda da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Entre outros resultados, concluíram que elas apresentaram o triplo dos projetos de lei encaminhados pelos homens, além de uma maior identificação desses projetos com temas considerados consensuais, restrita em relação às pautas mais progressistas.

As preocupações com a educação por parte das teorias feministas norteiam a revisão historiográfica na importante reflexão “Preferencialmente não-mães: docência, mulheres e eugenia na I Conferência Nacional de Educação (1927)”. A reflexão é norteada pelos estudos de gênero pós-estruturalistas e pelos estudos de História da Educação a partir da materialidade da I Conferência Nacional de Educação (1927), em que se investigou a educação e o discurso médico-eugênico pensados para a condução biossocial da mulher-mãe, onde a maternidade posicionaria a mulher-mãe em um ‘não-lugar’ no magistério.

O artigo “Pedras no sapato feminino para as trilhas na educação a distância (EAD)” traz uma reflexão sobre as mulheres e sua entrada na Educação a Distância que pode (ou não) se apresentar como uma possibilidade de acesso ao ensino superior. De modo a se ter uma compreensão mais cabal sobre condições objetivas da mulher no mundo do trabalho capitalista, mostra a entrada das mulheres no ensino superior a distância, avaliando alguns elementos do cenário pandêmico, a superintensificação dos afazeres domésticos, cuidados com familiares e o trabalho precário.

Nos últimos anos, as religiões evangélicas neopentecostais têm aparecido no cenário político brasileiro com muita proeminência. Um dos discursos mais fortes, de cunho conservador, e que tem sido utilizado exaustivamente por grupos de direita, principalmente, é o discurso ligado a uma ideia de família que reproduz o esquema patriarcal, colocando as mulheres como submissas aos homens no contexto familiar e social, e contrapondo-se às reivindicações e propostas feministas. O artigo “Mulheres evangélicas e a busca pela perfeição” tem o mérito de nos trazer uma análise embasada em pesquisa empírica, realizada em cultos e congressos organizados pela pastora Ana Paula Valadão, entre 2011 e 2016, sobre como se articula esse discurso.

A seção Ponto de Vista traz o ensaio “A interpretação em guerra: os relatos de Isabela Figueiredo e Noemi Jaffe” que, a partir da provocação contrainterpretativa de Susan Sontag e a alteração dos paradigmas epistemológicos em dois relatos escritos por mulheres, levanta a hipótese de uma possível habitação feminina na linguagem, afirmando aquela anterioridade que lhes antecede, seja na figura do pai ou na da mãe, desdobrando-se em uma figuração de linguagem em permanente atenção para com os limites do juízo e do cognoscível.

Com a afirmação de que os temas da medicalização, biomedicalização e farmacologização da sociedade têm sido foco de uma literatura de peso, as organizadoras e demais autoras do Dossiê “Saúde mental e gênero: por uma agenda de pesquisa latino-americana” trazem estudos que interrogam as transformações de problemas não médicos, em problemas médicos, em transtornos. Além da importância e atualidade do tema da saúde mental nas páginas de revistas acadêmicas, enfatizamos o significado de sua publicação em revistas interdisciplinares e, especialmente, aquelas que trazem conteúdos voltados para as questões de gênero e feministas, já que os “transtornos mentais” são comumente relacionados às psiques femininas. Ressaltamos, ainda, as contribuições dos artigos desse Dossiê para a área de estudos feministas e de gênero a partir de pesquisas e conhecimentos localizados na América Latina.

A seção de Resenhas, que sempre encerra, a cada número, a disposição dos artigos, pontos de vista e seções especiais, é o lugar de um presente que se faz futuro seja pelas autorias, seja pelas recentes publicações aqui trazidas num leque de abordagens e perspectivas teóricas e históricas diferenciadas. Na constelação de leituras aqui apresentadas, encontraremos o feminismo na América Latina, na visibilidade das mulheres indígenas, na necessária compreensão do ódio via Judith Butler, nas subjetividades das legislações e nos sempre bem-vindos estudos interdisciplinares que são a marca de nossa Revista.

Um *pos scriptum* doloroso: Já no final do mês de janeiro, o Brasil e o mundo se depararam com indescritíveis imagens dos povos Yanomâmis, vítimas do avanço da mineração ilegal poluidora dos seus rios e terras, envenenados pelo mercúrio. Vítimas também de doenças por contágio trazidas por agentes predadores da floresta e de seus modos de vida, com ataques diretos de invasores. Mas, fundamentalmente, vítimas de uma evidente política de desassistência do governo nos anos de pandemia, com o desmantelamento das agências brasileiras de proteção aos povos indígenas. Mais de 500 crianças mortas por desnutrição!

Consternadas, reportamo-nos a editorial anterior da REF (Mara LAGO *et al.*, 2020), em que questionávamos as polêmicas da mídia nacional referentes à utilização do termo genocídio em relação ao governo, por ações e decisões que resultariam na privação das mais básicas

proteções emergenciais aos povos tradicionais, incluindo até o acesso à água potável, além da negação da gravidade da pandemia de Covid 19, que à época já contava com cerca de 70.000² brasileiras e brasileiros mortos.

Neste janeiro de 2023, o real se encarregou de superar a polêmica de interpretações jurídicas e linguísticas sobre a palavra genocida – aplicável a figuras com poder de decisão, em ações que vitimaram tão cruelmente os povos Yanomâmis³ de Roraima, na região amazônica.

Referências

AGÊNCIA O GLOBO. “Quem é Tarciana Medeiros, próxima presidente do Banco do Brasil”. *Exame*, 30/12/2022. Disponível em <https://exame.com/brasil/quem-e-tarciana-medeiros-proxima-presidente-do-banco-do-brasil/>. Acesso em 03/01/2023.

AGOSTINE, Cristiane; MURAKAWA, Fabio; VALADARES, João; JUBÉ, Andrea; FERNANDES, Maria Cristina. “Lula recebe a faixa presidencial de representantes do povo brasileiro; saiba quem entregou a faixa”. *Valor Econômico*, 2023. Disponível em <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/01/01/lula-recebe-a-faixa-presidencial-de-representantes-do-povo-brasileiro-saiba-quem-entregou-a-faixa.ghtml>. Acesso em 05/01/2023.

CONGRESSO EM FOCO. “Lista: quem são os 1.200 presos pelos atos golpistas no DF”. *Uol*, 13/01/2023. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/confira-a-lista-completa-com-os-nomes-dos-golpistas-presos-em-brasilia/>. Acesso em 18/01/2023.

G1 DISTRITO FEDERAL. “Carros e ônibus incendiados, botijões de gás, ataque à delegacia e sede da Polícia Federal: como foram os atos de bolsonaristas radicais em Brasília”. *G1 Distrito Federal*, 13/12/2022. Disponível em <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/13/como-foram-os-atos-de-bolsonaristas-radicaes.ghtml>. Acesso em 10/01/2023.

LAGO, Mara Coelho de Souza; MINELLA, Luzinete Simões; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; WOLFF, Cristina Scheibe. “Produção feminista, o tempo e polêmicas sobre palavra”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020.

LAGO, Rudolfo; RODRIGUES, Tiago. “Retrato do Desmonte: Veja a íntegra do Relatório da Transição”. *Congresso em Foco. Uol*, 22/12/2022. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/retrato-do-desmonte-veja-a-integra-do-relatorio-da-transicao>. Acesso em 05/01/2023.

MARCHESINI, Lucas; GABRIEL, João. “Deputada Joenia Wapichana vai ser presidente da Funai”. *Folha de São Paulo*, 30/12/2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/12/deputada-joenia-wapichana-vai-comandar-a-funai.shtml>. Acesso em 03/01/2023.

MELITO, Leandro; PASSOS, Gésio. “Saiba quem foram as ministras do período democrático no Brasil”. *EBC*, 16/05/2016. Disponível em <https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2016/05/saiba-quem-foram-ministras-do-periodo-democratico-no-brasil>. Acesso em 06/01/2023.

MOLITERNO, Danilo; SAPIO, Marcello. “15 partidos apoiam Lula para o 2º turno; cinco aderem a Bolsonaro”. *CNN Brasil*, 06/10/2022. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/15-partidos-apoiam-lula-para-o-2o-turno-cinco-aderem-a-bolsonaro/>. Acesso em 30/12/2022.

NASCIMENTO, Houldine. “Maria Rita Serrano é nomeada presidente da Caixa”. *Poder 360*, 09/01/2023. Disponível em <https://www.poder360.com.br/economia/maria-rita-serrano-e-nomeada-presidente-da-caixa/>. Acesso em 13/01/2023.

OLIVEIRA, Caroline. “Quem é Aparecida Gonçalves, a nova ministra da Mulher?”. *Brasil de Fato*, 22/12/2022. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/22/quem-e-aparecida-goncalves-a-nova-ministra-da-mulher>. Acesso em 07/01/2022.

PEDUZZI, Pedro. “PM é acionada por suspeita de bomba próximo ao aeroporto de Brasília”. *EBC*, 24/12/2022. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/pm-e-acionada-por-suspeita-de-bomba-proximo-ao-aeroporto-de-brasilia>. Acesso em 10/01/2023.

² Em 2022, este número chegava a cerca de 780.000 óbitos por Covid 19 no Brasil.

³ Yanomâmis, aqueles indígenas que foram apresentados a muitas/os de nós com encantamento por Darci Ribeiro, em memorável conferência na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em São Paulo, em plena vigência da ditadura militar. O antropólogo, exilado do país pelo golpe de 1964, conseguira a anuência da ditadura para voltar ao ser diagnosticado com câncer, pois desejava morrer no Brasil. Sobreviveu à ditadura.

UOL SÃO PAULO. "Após 5 dias, PRF anuncia que rodovias federais estão livres de bloqueios". *BOL*, 22/11/2022. Disponível em <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2022/11/22/prf-22-de-novembro.htm>. Acesso em 10/01/2023.

VIVAS, Fernanda. "Ataques em Brasília: Moraes conclui análise e mantém 942 bolsonaristas radicais presos, outros 464 terão liberdade provisória". *G1*, 20/01/2023. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/20/ataques-em-brasil-moraes-conclui-analise-e-mantem-942-bolsonaristas-radical-presos.ghtml>. Acesso em 22/01/2023.

WIKIPÉDIA. "Sônia Guajajara". *Wikipédia*, [s.d.]. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%B4nia_Guajajara. Acesso em 10/01/2023.

Luzinete Simões Minella (simoesluzinete@gmail.com) é graduada (1972) e mestre em Ciências Sociais pela UFBA (1977), doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, 1989). Realizou estágio de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp, 1998). Fez parte do quadro de docentes do Departamento de Sociologia da UFBA entre 1975 e 1991. Vinculou-se ao Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, de 1991 até 2002, e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política entre 1991 e 2005. É Professora Adjunta iv aposentada da UFSC, atuou como professora voluntária no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas entre 2003 e 2020, tendo coordenado por vários anos a Área de Concentração em Estudos de Gênero. Integra a equipe do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), participou de vários dos seus projetos (eventos, publicações, cursos etc.). Entre os projetos destaca a coordenação editorial da Revista Estudos Feministas entre 2001 e 2004 e entre 2007 e 2008, quando passou a fazer parte da editoria de artigos. Voltou a fazer parte desta coordenação a partir de dezembro de 2016. É membro da Rede Brasileira de Ciência, Tecnologia e Gênero. Tem realizado pesquisas principalmente nas seguintes áreas: participação das mulheres nas ciências (na interface com a crítica feminista à ciência, os estudos sociais da ciência e a história da ciência); gênero e saúde reprodutiva; gênero e infância; saúde mental. Orientou inúmeros trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, principalmente nessas áreas. Publicou vários artigos em periódicos de ampla circulação e livros, além de trabalhos completos em anais de eventos etc.

Tânia Regina Oliveira Ramos (taniareginaoliveiraramos@gmail.com) é doutora em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui Graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado e Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente, é Professora Titular e coordena o núcleo Literatura e Memória da UFSC, núcleo com projetos aprovados pela FAPESC e CNPq. Faz parte da Coordenação Geral da Revista Estudos Feministas e do Conselho Editorial das revistas Uniletras, Mafuá Ciências e Letras, Literatura Hoje, Signótica e Anuário de Literatura. É professora de Literatura Brasileira e Estudos Literários nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras e Literatura na UFSC. Atua, pesquisa e publica nas linhas de pesquisa História e Memória, escritas de si e gênero.

Mara Coelho de Souza Lago (maralago07@gmail.com) é doutora em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas e Professora Emérita da Universidade Federal de Santa Catarina. Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1967) e Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1983). Atualmente, é Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, atuando como docente voluntária no Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGP e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/PPGICH. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos temas gênero, gerações, subjetividades, modos de vida, com enfoque interdisciplinar. Participa do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e da coordenação editorial da Revista Estudos Feministas.

Cristina Scheibe Wolff (cristiwolff@gmail.com) é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991). Em 2004/2005 realizou Pós-Doutorado na Université Rennes 2, na França, e entre 2010 e 2011, no Latin American Studies Center da University of Maryland, em College Park, Estados Unidos da América. Ocupou a Cátedra Fulbright de Estudos Brasileiros na University of Massachusetts em Amherst (set.-dez. 2017) e foi pesquisadora convidada no Laboratoire Arenes

- Université Rennes 2 (jan.-jul. 2018). Atualmente, é Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e uma das coordenadoras editoriais da Revista Estudos Feministas (2006-2009 e 2011-atual). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua ainda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e no Mestrado Profissional de Ensino de História. Foi a coordenadora geral do Fazendo Gênero 11 e 13º Women's Worlds Congress, realizado na UFSC em 2017. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Mulheres e do Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, memória, guerrilha, resistência às ditaduras no Cone Sul.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

MINELLA, Luzinete Simões; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Mais um número da REF: entre a esperança e os sobressaltos do processo eleitoral". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 1, e93385, 2023.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Elaboração e redação coletiva.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 15/03/2023

Aceito em 15/03/2023

